

# Resumo de notícias econômicas

22 de Outubro de 2021 (sexta-feira)

Ano 3 n. 200

Núcleo de Inteligência da Sedet



**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E TRABALHO

# **PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 22 OUTUBRO DE 2021**

## **Secretários de Guedes pedem demissão (22/10/2021)**

### **O Estado de S. Paulo**

A revisão do teto de gastos, principal âncora da política fiscal brasileira, articulada pela tropa de choque do Centrão dentro do governo para turbinar os programas sociais nas eleições de 2022, provocou ontem o desmanche de parte da equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, com o pedido de demissão coletiva dos seus principais secretários. No comando da gestão das contas do governo, o secretário Especial de Tesouro e Orçamento, Bruno Funchal, já estava decidido a deixar o governo após reunião na segunda-feira com o presidente Jair Bolsonaro, quando ficou clara a ruptura da política fiscal com a finalidade eleitoral.

A gota d'água foi o silêncio de Guedes diante do anúncio, feito por Bolsonaro, de um auxílio para os caminhoneiros e do atropelo das lideranças do Centrão no acordo final para mudar a emenda do teto de gastos. A mudança abriu espaço para R\$ 83,6 bilhões em despesas que incluem o Auxílio Brasil, emendas parlamentares e outras medidas do programa eleitoral do presidente e do Centrão (veja abaixo).

Sem controle do processo, Guedes não fez uma defesa contundente e pública pela manutenção do teto de gastos, criado há cinco anos e que impõe um limite anual para as despesas do governo. Pelo contrário, na noite anterior, durante uma live, o ministro falou em “licença para gastar” ou na própria revisão do teto.

Os ministros da ala política do governo aproveitaram a fala do ministro para acelerar a guinada da política fiscal e ruptura do teto de gastos ao longo do dia, sem consulta à equipe econômica. O secretário do Tesouro, Jeferson Bittencourt, e mais dois secretários-adjuntos, Gildenora Dantas e Rafael Araújo, acompanharam Funchal nesse terceiro movimento de debandada desde que Guedes montou o que foi chamado, no início do governo, de “dream team” do seu superministério da Economia.

Pouco antes do anúncio da demissão, Funchal reuniu sua equipe e avisou que não havia mais condições de continuar no cargo. “Foi uma questão de princípio”, disse Funchal à equipe. Ao longo das últimas semanas, ele vinha repetindo essa frase para quem perguntasse se ficaria no cargo caso o Auxílio Brasil fosse feito com recursos fora do teto de gastos. Poucos minutos depois, o deputado Ricardo Barros (PPPR), um dos principais líderes do Centrão, foi ao Twitter afiançar que os cargos teriam reposição com “técnicos igualmente qualificados”, embora a decisão geralmente caiba ao próprio chefe da equipe econômica.

No diálogo com auxiliares, Funchal disse que foi até o possível na defesa da política fiscal e do teto de gastos, mas que foi ultrapassado com as mudanças negociadas para bancar o Auxílio Brasil de R\$ 400. Em reação às mudanças do teto e ao anúncio dos pedidos de demissão na Economia, a Bolsa caiu 2,75%. No câmbio, o dólar avançou 1,92%, cotado a R\$ 5,6676 – maior cotação desde 14 de abril.

O clima na ala fiscalista do Ministério da Economia é de desolação com os últimos acontecimentos, e temor com o efeito dominó da queda do teto de gastos para o futuro das contas públicas com a perspectiva de mais anos de rombos. A promessa de entregar as contas no azul em 2022, depois de quase uma década de déficit, será difícil de ser cumprida, resumiu um técnico.

Já a ala política do governo, controlada pelo Centrão, procurou minimizar a saída dos quatro secretários. Dois ministros disseram ao Estadão que Guedes não deixará o cargo e que a saída de funcionários do “terceiro e quarto escalões” da Economia não ocorreria se o presidente Bolsonaro estivesse eleitoralmente forte.

Sem comentar diretamente os pedidos de demissão de Funchal e Bittencourt, Bolsonaro afirmou ontem à noite em sua live que “tem secretário, como acontece às vezes com um ministro, que quer fazer a sua vontade”.

A articulação política do governo é comandada pelo Centrão, grupo político que nunca foi antimercado. A avaliação, contudo, é que é preciso ganhar a eleição de 2022, ainda que a retomada da política liberal seja urgente. E, para isso, como tem definido Paulo Guedes, seria preciso colocar “dinheiro na veia do povo”. O governo quer pagar R\$ 400 de Auxílio Brasil até o ano final do eleitoral.

## **Ruptura do teto de gastos implode equipe de Guedes (22/10/2021)**

### **O Estado de S. Paulo**

Quatro dos principais secretários da equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) deixaram o governo ontem, após a confirmação do fim da regra do teto de gastos, que abrirá uma janela de R\$ 83,6 bilhões para despesas extras como Auxílio Brasil, emendas parlamentares e outros programas de interesse de Jair Bolsonaro no ano eleitoral de 2022. O abandono da principal âncora da política fiscal do País foi articulado pelo Centrão com o Palácio do Planalto. Pediram demissão o secretário especial de Tesouro e Orçamento, Bruno Funchal, o secretário do Tesouro, Jefferson Bittencourt, e os secretários adjuntos Gildenora Dantas e Rafael Araújo.

A mudança no teto de gastos vai abrir um espaço de R\$ 83,6 bilhões para despesas adicionais do governo em 2022, ano em que o presidente Bolsonaro buscará a reeleição. O acordo foi fechado na manhã de ontem, após dias de embates entre as equipes para viabilizar o pagamento de R\$ 400 aos beneficiários do Auxílio Brasil.

Incorporada ao texto da PEC dos precatórios colocada em discussão na comissão especial na Câmara no mesmo dia, a proposta muda a fórmula do teto, que hoje é corrigido pelo IPCA acumulado em 12 meses até junho do ano anterior ao de sua vigência. A ideia é adotar a correção da inflação de janeiro a dezembro.

Deputados da oposição disseram ter tido acesso ao texto apenas 15 minutos antes da sessão, e fizeram apelos para que a votação da PEC fosse adiada para semana que vem, mas não tiveram sucesso. “Não podemos fazer uma votação às cegas”, disse a deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC). No final, a PEC foi aprovada por 23 votos a 11, e segue agora para ser votada no plenário da Câmara.

Só a troca na correção do teto vai gerar uma folga extra de R\$ 40 bilhões, pois a mudança será aplicada desde o início da regra – criada em 2016, e que passou a valer no ano seguinte. Aliada à limitação do pagamento de precatórios (dívidas judiciais), que já era uma medida apresentada pela equipe econômica ao Congresso, o espaço total em 2022 ficará em R\$ 83,6 bilhões.

É esse espaço que Bolsonaro terá para acomodar os R\$ 51,1 bilhões de gastos adicionais com as mudanças no Auxílio Brasil (reajuste permanente de 20% mais a parcela temporária para chegar aos R\$ 400), e gastos com emendas parlamentares, preciosas para congressistas que também buscarão novo mandato em 2022.

A mudança de correção entrou na mesa de negociação diante da preocupação da alta política do governo com a narrativa de furo no teto de gastos, da qual o governo queria se descolar. Na quarta-feira, no Ceará, após confirmar o pagamento

Verba carimbada Recursos adicionais serão usados para turbinar Auxílio Brasil e pagar emendas parlamentares dos R\$ 400, Bolsonaro chegou a dizer que não haveria furo no teto. “Ninguém vai furar teto, ninguém vai fazer nenhuma estripulia no Orçamento”, disse.

## **Com incerteza fiscal, Bolsa cai e dólar sobe (22/10/2021)**

### **Broadcast**

O “pacote de bondades” concebido pelo governo de olho no projeto de reeleição do presidente Jair Bolsonaro, com Auxílio Brasil a R\$ 400 ao preço da incerteza fiscal, disseminou pânico no mercado, ontem. Após o ministro da Economia, Paulo Guedes, declarar publicamente que o governo precisava de uma “licença para gastar” acima do teto de gastos, o Ibovespa, principal índice de ações do mercado nacional, despencou 2,75%, aos 107.735,01 pontos – no menor valor desde 20 de novembro. No câmbio, o dólar avançou 1,92%, cotado a R\$ 5,6676 – maior valor desde 14 de abril.

Desde a revelação, na noite de segunda-feira, de que avançava uma proposta de driblar a regra fiscal que limita o avanço das despesas à inflação, as cotações das ações de empresas na Bolsa brasileira (B3) derreteram, com R\$ 251,6 bilhões a menos em valor de mercado nas companhias incluídas no Ibovespa (comparando o valor de mercado no fechamento de segunda e de ontem), o dólar saltou e os juros de mercado subiram. O objetivo do governo com a proposta é turbinar o Bolsa Família – sob o novo nome de Auxílio Brasil – em busca da reeleição de em 2022. O risco de piora nas contas do governo já estava no radar de investidores e economistas, mas a reação foi forte. Nos três últimos pregões, o Ibovespa acumulou tombo de 5,85%.

Tamanha reação se deve ao fato de que os sinais dados pelo governo apontam não para um ajuste ou aperfeiçoamento no teto de gastos, mas sim para formas de “burlar” a regra fiscal, com a mudança na forma de calcular a atualização pela inflação, segundo economistas. “É um truque para você não romper o teto, teoricamente, mas, de fato, o mais importante aqui é o direcionamento. A sinalização é: o governo vai gastar mais”, disse Flávio Serrano, economista-chefe da Greenbay Investimentos. Isso atinge em cheio a credibilidade do teto, da qual depende o sucesso da regra como “âncora fiscal”. Ao acreditar no cumprimento da regra, investidores do mercado financeiro percebiam menos riscos associados ao governo. Com isso, cobram menos juros nos títulos públicos. Estrangeiros investem mais, trazendo mais dólares para o País, aliviando a taxa de câmbio.

“O teto foi uma maneira suave de criar credibilidade fiscal. Em vez de dizer que ia cortar os gastos, o governo disse que iria parar de subir os gastos”, disse Armando Castelar, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). Para Castelar, a sinalização do teto permitiu que a taxa básica de juros (a Selic, hoje em 6,25% ao ano) e todo o custo de crédito caísse aos níveis mínimos da história. Com isso, empresas encontraram mais facilidade para tomar crédito, emitir ações no mercado ou lançar títulos de dívida, levantando mais recursos para operar e investir. Agora, as declarações de anteontem de Paulo Guedes sinalizaram que a área econômica do governo perdeu de vez o “cabo de guerra” com a área política, em torno da elevação de gastos em 2022, completou Castelar.

Diante dos sinais de ruptura do teto de gastos, economistas revisaram para cima suas projeções sobre até que nível o Banco Central (BC) subirá a Selic. Foi o caso das equipes da consultoria LCA Consultores e do banco Safra. Outros passaram a prever aceleração no ritmo de alta dos juros, como os bancos de investimento JPMorgan e ASA Investments: 29% de 51 estimativas captadas em levantamento do Projeções Broadcast apostam em alta de 1,25 ponto, a ser anunciada semana que vem, ante os aumentos recentes de 1,0 ponto.

## É possível reforço sem furar o teto de gastos? (22/10/2021)

### O Estado de S. Paulo

A decisão do presidente Jair Bolsonaro e das lideranças do Centrão de fazer o novo programa social com valor de R\$ 400 despertou ameaça ao teto de gastos, debandada na equipe econômica e abalo no mercado financeiro. O Estadão perguntou a especialistas e observadores desse processo com diferentes posicionamentos qual seria a saída. “Vivemos uma brutalidade voraz no orçamento secreto e agora também na erosão das regras fiscais”, disse a procuradora de Contas de São Paulo, Élide Graziane. Os economistas Felipe Salto, Daniel Couri e Vilma Pinto, diretores da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, apontaram dados que mostram que esse caminho de fazer o Auxílio Brasil dentro das regras era possível se não fosse o populismo.

O economista Guilherme Tinoco alerta que o caminho supostamente mais fácil não vem sem consequências. Com a visão do lado social, o presidente da Rede Brasileira de Renda Básica, Leandro Ferreira, diz que proteção social não combina com a improvisação. Leia a íntegra ao lado.

#### **FELIPE SALTO, DANIEL COURI E VILMA PINTO Diretores da IFI**

A IFI mostrou que é possível aumentar os gastos sociais sem irresponsabilidade fiscal. Mas falta disposição para tomar as medidas corretas. O governo pretende mudar o teto de gastos. Mas, se o Bolsa Família passar dos atuais R\$ 190 ao mês para R\$ 250, com 16,3 milhões de famílias, o gasto ficaria em R\$ 46 bilhões em 2022. O Orçamento prevê R\$ 34,7 bilhões. Portanto, o teto seria cumprido com redução das despesas discricionárias em cerca de R\$ 10 bilhões.

Não haveria espaço para emendas de relator-geral, daí a proposta de waiver, nome bonito para furo no teto.

É consistente ampliar o Bolsa Família sob o teto. Cortes em gastos menos urgentes fechariam a equação. A contabilização correta dos precatórios do Fundef entraria com mais R\$ 16 bilhões.

Governos preferem gastar hoje e ajustar depois. Nada novo aqui. As regras fiscais existem justamente para proteger o futuro do vício imediatista.

Quando responsabilidade fiscal e social não andam de mãos dadas, há risco de populismo. Quem paga a conta é o pobre e o desempregado, porque não há crescimento sem estabilidade política e respeito às regras do jogo.

**GUILHERME TINOCO Especialista em contas públicas**

Se confirmadas essas alterações, poderemos afirmar, infelizmente, que o teto terá acabado. Os artifícios que estão sendo anunciados (gasto por fora do teto, “waivers”, calote nos precatórios) são muito graves e minarão para sempre a credibilidade da regra. Depois disso, qual o incentivo do próximo presidente para voltar a cumprir a regra original em 2023? Nenhum.

O governo poderia, sim, ter criado condições para viabilizar o necessário reforço dos programas sociais: na verdade, teve até bastante tempo pra isso. Essa discussão dura há meses e, neste período, poderíamos ter feito a revisão de gastos obrigatórios, de subsídios, das emendas de relator. Não fizemos. Contudo, este caminho supostamente mais fácil não vem sem consequências, que serão muito negativas em todos os prazos.

No curto, teremos aumento no risco país e nos juros, desvalorização do câmbio, maior inflação e gasto com juros. No médio e no longo, teremos um país mais pobre, mais desorganizado institucionalmente e que, na melhor das hipóteses, passará anos tentando reconstruir a sua credibilidade perdida.

**ÉLIDA GRAZIANE PINTO Professora da FGV-SP e procuradora de contas de São Paulo**

Não é justo atribuir ao programa Auxílio Brasil a responsabilidade pela perda de credibilidade do teto global de despesas primárias. O teto vintenário chega a cinco anos de vigência em 2021, com impasses que foram se acumulando desde sua criação.

Enquanto foram congelados os pisos em saúde e educação, houve a controversa capitalização de empresas militares, a persistência da cessão de margem fiscal do Executivo para os outros poderes e órgãos para além do prazo definido inicialmente e o uso de créditos extraordinários para pagar despesas previsíveis no segundo ano da pandemia. O teto constrangeu o custeio de políticas públicas amplas, mas não conseguiu

conter o trato balcanizado das emendas do Orçamento Secreto, tampouco enfrentou as renúncias fiscais.

Nesse sentido, não devemos temer a revisão do teto, até porque ele já foi excetuado em relação à repartição federativa dos recursos da cessão onerosa do pré-sal e à ampliação da complementação federal ao Fundeb (Emendas 102/2019 e 108/2020), assim como foi alterado o critério de acionamento dos gatilhos pela EC 109/2021.

#### **LEANDRO FERREIRA Presidente da Rede Brasileira de Renda Básica**

Para funcionar bem, os mercados requerem estabilidade. Regras claras, previsibilidade e transparência são bem-vindas e ajudam no desenvolvimento. Para os mais pobres, isso também é verdade, mas assistimos atônitos ao espetáculo da pobreza a cada episódio comovente de fome. Proteção social não combina com improvisação.

A necessidade de termos ampliações dos programas de garantia de renda está colocada desde o início da pandemia. O teto de gastos, as isenções tributárias regressivas e mesmo o escândalo das emendas parlamentares não servirão a ninguém, se abandonarmos milhões de famílias destituídas de renda.

Mais que possível, é preciso chegar a níveis de cobertura e valores de benefícios mais próximos do auxílio emergencial que do Bolsa Família, sem deixar de lado os aspectos positivos que este último comprovadamente tem. Faltam planejamento e compromisso político para que as regras fiscais e tributárias funcionem tendo a dignidade humana como prioridade. Está na hora de revê-las com este foco.

## **Fim do Extra representa a despedida dos hipermercados?**

**(22/10/2021)**

### **O Estado de S. Paulo**

Gigante paranaense A Super Muffato fatura R\$ 9 bi e tem quase todas as lojas em cidades de até 600 mil habitantes. A loja do hipermercado Carrefour do Shopping Iguatemi de Campinas – cidade de 1,2 milhão de habitantes do interior de São Paulo – não parou de encolher nos últimos anos. Primeiro, parte do prédio passou a ser usada para abrigar uma loja da Tokstok. Outra virou uma concessionária de motos. “Só faço

compras aqui porque eles abonam o estacionamento do shopping. Então vale a pena. Compra de casa, mesmo, eu faço em atacado”, diz a professora Laura Almeida, moradora da cidade.

O caso dessa loja não é isolado. De forma geral, os hipermercados vêm sumindo dos grandes centros. Na semana passada, o Grupo Pão de Açúcar anunciou que vai desativar a marca Extra Hiper – que tinha 103 lojas, das quais 71 vão virar atacarejos do Assaí e as demais vão ser transformadas em supermercados. Das lojas a serem desativadas, mais da metade fica em municípios com mais de meio milhão de habitantes, enquanto 25 estão na capital paulista.

O consultor Olegário Araújo, da Inteligência 360, vê o movimento com clareza. “Nos grandes centros, os hípers não têm mais relevância.” Segundo ele, porém, eles ainda são muito apreciados em cidades menores. Segundo a Associação Brasileira de Supermercados (Abras), o número de hipermercados no País ainda cresce: em 2020, eram 91 unidades no Brasil, número que mais do que dobrou, para 188, neste ano.

De acordo com especialistas, o hipermercado perdeu espaço nas grandes cidades porque não atende nem à busca por conveniência – já que fazer compra em um híper demanda tempo – nem por economia, já que os preços nessas lojas são de mais altos do que os dos atacarejos.

“Os preços nos atacarejos são de 10% a 15% menores (do que nos hípers). Por isso, o consumidor já estava dando preferência para eles. A ideia era gastar menos para sobrar dinheiro para outros gastos. Agora, com a inflação de volta, ele vai por necessidade mesmo”, diz o consultor Eugenio Foganholo, diretor da Mixxer.

A Horus Inteligência de Mercado faz um raio x do varejo alimentar, analisando mensalmente mais de 40 milhões de notas fiscais emitidas nos caixas. De janeiro a setembro deste ano, os consumidores passaram a comprar mais produtos nos atacarejos: a média foi de 26 itens, em janeiro, para 30, no mês passado. Nos hípers, essa média ficou estacionada na casa de 9 produtos, no mesmo período (veja gráfico).

“As pessoas pagam mais barato nos atacarejos e acabam levando mais quantidade. Por isso, o gasto médio nesse canal de vendas subiu”, diz Luíza Zacharias, diretora de novos negócios da Horus.

## **Mercado financeiro já projeta que nenhum IPO será concretizado este ano (22/10/2021)**

### **O Estado de S. Paulo**

Banqueiros de investimento e gestores jogaram a toalha: a chance de algum IPO ser feita este ano é muito baixa. Os investidores estão sem o menor apetite para comprar ações de empresas novas, já que ainda digerem perdas de IPOS recentes. Alguns papéis acumulam baixas de dois dígitos, e os fundos de ações e multimercados têm tido saques fortes. Paralelamente, não há sinais de que o cenário macro e político terá melhoria no curto prazo. Também faltam nos IPOS nomes de apelo maior para atrair os pequenos investidores do varejo. No início de outubro, a aposta era de que menos da metade dos IPOS previstos até o fim do ano chegassem à Bolsa.

Saídas por meio de fusões ou aquisições (M&A) acontecem nos bastidores. Uma delas resultou na venda de uma fatia de 50% da Comerc, comercializadora de energia, para a Vibra (ex-br Distribuidora) no dia do fechamento da oferta, por um valor semelhante ao do IPO. A rede de restaurantes Madero renegociou suas dívidas com os bancos credores e deixou a oferta escorregar para 2022.

Nas próximas semanas, devem chegar à CVM novos pedidos de IPO, de empresas que já olham uma operação no começo de 2022. Quem arquivar agora, com dados do terceiro trimestre, tem maior flexibilidade e consegue definir o valor das ações na oferta até fevereiro.

Duas companhias pediram registro, o grupo de segurança e serviços Verzani & Sandrini e a empresa de leilões online Superbid. Das empresas que têm documentos para IPOS na CVM, algumas podem voltar no começo do ano que vem com operações redesenhadas, como as voltadas a investidores qualificados.

## **Tenda planeja construção de 10 mil casas de madeira ao ano (22/10/2021)**

### **O Estado de S. Paulo**

A Tenda lançou seu terceiro projeto-piloto de casas de madeira – um mercado praticamente inexplorado no Brasil e que a companhia pretende dominar nos próximos anos. A meta é fabricar 10 mil casas de madeira por ano a partir de 2026, o que representará um negócio de R\$ 2 bilhões. Para isso, o grupo investirá de R\$ 75 milhões a R\$ 100 milhões anuais nos próximos quatro anos.

O novo empreendimento fica na cidade paulista de Santa Bárbara d’oeste. Ao todo, são 75 unidades, das quais 35 foram vendidas em apenas 20 dias.

As casas têm dois dormitórios e área de 47,5 m<sup>2</sup>, com valores a partir de R\$ 200 mil, dentro do programa Casa Verde e Amarela, antigo Minha Casa Minha Vida. O empreendimento deve movimentar cerca de R\$ 15 milhões em vendas.

Esse foi o primeiro projeto lançado com a marca da Alea, startup de negócios criado pela Tenda para desenvolver a construção em woodframe – modelo com uso intensivo de madeira, muito comum no Canadá, nos EUA e na Europa.

“Esse nível de vendas mostra que tivemos uma boa aceitação”, avalia o diretor executivo da Alea, Marcelo Melo. “Estamos na fase de projetos-piloto, testando e aprendendo para começar o rampup (expansão do projeto) a partir de 2023.”

O próximo lançamento será um conjunto de 168 casas em Iperó, cidade de 40 mil habitantes também no interior de São Paulo. Outros dois empreendimentos já haviam sido lançados em Mogi das Cruzes e Leme, somando 99 unidades – das quais mais de 60% vendidas numa faixa entre R\$ 140 mil e R\$ 180 mil, dentro do programa popular habitacional.

A companhia está testando a aceitação do consumidor em relação às casas de madeira, ao preço e ao nível dos condomínios. Em Santa Bárbara d’oeste, por exemplo, o padrão foi mais alto, com condomínio fechado, casas térreas, não geminadas e rodeadas de alamedas arborizadas.

Segundo a construtora, a nova tecnologia é muito mais do que uma “casa de madeira”. O formato cria uma parede composta por quatro elementos: na parte

estrutural, o painel tem pilares de pinus de reflorestamento; o “recheio” é feito com cimento, gesso e uma membrana que faz com que a umidade saia da casa, mas não a deixe entrar. Além disso, segundo a Tenda, os materiais usados garantem conforto acústico e térmico. O volume de negócios é tímido perto do que a Tenda vislumbra. O crescimento virá por meio da sua fábrica própria, recém ativada em Jaguariúna (SP), a 125 quilômetros de São Paulo. É de lá que saem vigas, pilares, paredes e outros elementos de madeira pré-moldados que são levados para montagem nos canteiros.

Com a industrialização, a expectativa é de que cada obra leve aproximadamente 14 meses – cerca de metade de um empreendimento de mesmo porte erguido em alvenaria estrutural. Por enquanto, o processo de fabricação ainda demanda etapas manuais que impedem a Alea de funcionar trabalhando intensamente.

***Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do Governo do Estado do Ceará.***

***Assessoria de Comunicação – Sedet***

***Fone: (85) 3444.2900***

***[www.sedet.ce.gov.br](http://www.sedet.ce.gov.br)***

## INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

Atualizado no dia 26.08.2021

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ MILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE. Atualizado em 17/06/2021.

Notas: (\*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (\*\*) Valores projetados, sujeitos a revisão;

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-JUL)				
	2018	2019	2020	2021
Exportações	1.025,65	1.130,41	951,02	1.406,49
Importações	1.305,02	1.097,79	1.206,18	1.742,31
Saldo Comercial	-279,37	32,62	-255,16	-335,82

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até junho)
Brasil ( R\$ Tri)	-	3,48	4,02	4,21
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	91,18

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE (Acumulado até junho) (base: igual mês ano anterior) (%) – CEARÁ				
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0,0	2,1	-22,0	26,8
Pesquisa Mensal de Serviços	-9,2	-2,3	-13,4	5,8
Vendas Mensais do Varejo Comum	3,5	-1,1	-16,3	4,9
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	4,2	2,9	-15,8	18,3
INFLAÇÃO (Acumulado até julho)				
	2018	2019	2020	2021
IPCA -BRASIL	2,83	2,54	0,90	5,81
IPCA -FORTALEZA	1,79	3,50	1,84	7,21
INPC - BRASIL	2,83	2,55	0,80	5,01
INPC - FORTALEZA	1,96	3,31	1,73	6,20
IGP-M	5,94	4,79	6,71	15,98

Fonte: IBGE e FGV.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018	2019	2020	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4
População em idade de trabalhar	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.623 (100%)
Força de trabalho (mil)	4.088 (56%)	4.185 (56%)	3.808 (50%)	3.631 (48%)
Ocupada (mil)	3.676	3.762	3.259	3.082
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.422
Informal (mil)	2.046	2.060	1.725	1.660
Desocupada (mil)	412	423	549	549
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.992 (52%)
Desalentados (mil)	328	358	466	466
Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)	1.525	1.685	1.656	1.766

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS							
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021* (Até julho)
<b>Ceará</b>	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818	1.523.809	1.569.938
<b>Nordeste</b>	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272	8.704.355	8.930.303
<b>Brasil</b>	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211	47.630.932	49.479.236

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

\* O estoque de empregos 2020: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020.

\*\* O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020 e 2021.

Saldo de Empregos Gerados - Acumulado - 2020 - CEARÁ						
	2020			2021		
	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo
JAN	36.806	34.391	2.415	41.170	33.710	7.460
JAN-FEV	74.862	65.408	9.454	85.446	66.708	18.738
JAN-MAR	108.795	106.877	1.918	120.804	104.395	16.409
JAN-ABR	121.809	155.609	-33.800	151.363	131.936	19.427
JAN-MAI	136.612	181.915	-45.303	183.072	159.599	23.473
JAN-JUN	156.057	204.187	-48.130	221.170	188.461	32.709
JAN-JUL	184.009	226.332	-42.323	264.242	218.113	46.129
JAN-AGO	218.898	249.959	-31.061			
JAN-SET	256.917	275.933	-19.016			
JAN-OUT	300.873	304.085	-3.212			
JAN-NOV	341.536	329.998	11.538			
JAN-DEZ	372.208	358.217	13.991			

Fonte: NOVO CAGED.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (ACUMULADO DE JAN – JUL)				
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021
<b>Abertura</b>	41.167	49.078	47.641	66.099
<b>Fechamento</b>	60.103	18.328	15.794	21.012
<b>Total</b>	-18.936	30.750	31.847	45.087

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (ACUMULADO DE JAN-JUL)				
PERÍODO	2018	2019	2020	2021
	9.996.015	8.914.954	9.215.552	11.659.544

Fonte: CIPP

CONSUMO (MWM) DE ENERGIA (ACUMULADO DE JAN-MAR)			
	2019	2020	2021
<b>Ceará</b>	2.931.400	2.789.513	3.001.983

Fonte: ENEL Ceará/Departamento de Faturamento.